



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.102

De 28 de novembro de 2003.

*“Dispõe sobre autorização de convênio com entidades assistenciais do município, objetivando a descentralização das ações e serviços de assistência social e dá outras providências.”*

**MESSIAS CÂNDIDO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com entidades assistenciais estabelecidas no Município, com prazo de vigência a partir de 02 de janeiro até 31 de dezembro de 2004, tendo por objetivo a ação compartilhada, visando a transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a execução de programas de assistência social previstos no Plano Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único** - A minuta de convênio em anexo é parte integrante e inseparável da presente lei.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cajamar, 28 de novembro de 2003.

**MESSIAS CÂNDIDO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**ROBERTO VANDERLEY DOS SANTOS**  
Diretor de Administração

*Publicada e registrada na Secretaria da Diretoria de Administração da Prefeitura do Município de Cajamar, aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três.*

# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR E A ENTIDADE \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO MÚTUA COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM REGIME DE ABRIGO, COM APOIO DO GOVERNO ESTADUAL**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR**, com sede na Praça José Rodrigues do Nascimento, nº 30, Centro, Cajamar/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.523.023/0001-81, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **MESSIAS CÂNDIDO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade, RG nº 8.486.563-SP, inscrito no CPF/MF nº. 876.873.218-04, residente e domiciliado na Rua Itú, nº 104, Jardim Holanda, Distrito de Jordanésia, Cajamar-SP, em exercício legal de suas funções, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e \_\_\_\_\_ doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, celebram o presente convênio, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com o objetivo de desenvolver os programas assistenciais à população local em situação de vulnerabilidade social, com apoio do Governo Estadual, por intermédio da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais que visem à melhoria de vida da população local, e cujas ações, voltadas para as básicas, e observados os princípios, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da política municipal de assistência social, do Plano Municipal de Assistência Social e do Plano de Trabalho, que constitui parte integrante deste Convênio, e compreendidos na área de atendimento a crianças portadores do vírus HIV+.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

- I. Transferir os recursos financeiros consignados na Cláusula Quarta do presente Convênio, mediante repasses na conformidade do cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho;



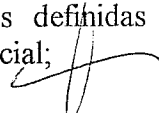
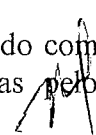
# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- II. Dar conhecimento à ENTIDADE das normas programáticas e administrativas dos Programas Assistenciais de Ação Continuada – Serviços Assistenciais – objetivo do plano de ação, celebrado entre o MUNICÍPIO e a União, por intermédio do Ministério da Previdência e Assistência Social.
- III. Apoiar tecnicamente a ENTIDADE na execução das atividades objeto deste Convênio;
- IV. Promover o treinamento dos recursos humanos necessários à execução do objeto conveniado pela ENTIDADE em decorrência deste Convênio;
- V. Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência deste convênio;
- VI. Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à ENTIDADE;
- VII. Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;
- VIII. Comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social as irregularidades verificadas e não sanadas pela ENTIDADE quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação dos recursos financeiros transferidos, para os fins previstos no Artigo 36 da LOAS;
- IX. Notificar a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Assistência Social da liberação de recursos financeiros relacionados a este Convênio.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

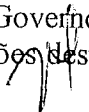
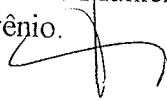
São obrigações da ENTIDADE:

- I. Executar os serviços assistenciais da natureza continuada a que se refere a Cláusula Primeira, a quem deles necessitar, na conformidade do Plano de Trabalho;
  - II. Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- 
- 

# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- III. Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;
- IV. Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio;
- V. Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto deste convênio, conforme estabelecido na Cláusula Primeira;
- VI. Apresentar, mensalmente, ao MUNICÍPIO, o relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos, bem como declaração quantitativa de atendimento mensal, assinada pelo representante da ENTIDADE, acompanhada da relação nominal dos atendidos;
- VII. Prestar contas ao MUNICÍPIO, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, ou de suas eventuais prorrogações, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do MUNICÍPIO;
- VIII. Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e do Conselho Municipal de Assistência Social, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;
- IX. Assegurar ao MUNICÍPIO e ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Convênio;
- X. Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação dos Governos Estadual e Municipal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições deste Convênio.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

## CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado do presente Convênio é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), cuja despesa correrá à conta da  
dotação orçamentária nº \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. O MUNICÍPIO efetuará repasses de recursos financeiros à ENTIDADE, na conformidade da Lei Municipal nº 11, de 11 de setembro de 1997 e do Decreto Municipal nº 3.097, de 10 de dezembro de 1997, e de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o parágrafo 3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994.

2. Os recursos serão transferidos na forma de repasses “per capita”, calculados com base no número efetivo dos atendidos no mês anterior e mediante a aprovação da aplicação dos recursos financeiros anteriormente recebidos.

## CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

Prazo de vigência deste Convênio é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, contados a partir de \_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante  
termo aditivo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

- I. Prestação de contas, parcial, mediante apresentação mensal de relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos no mês anterior, bem como de declaração quantitativa de atendimento nesse período, assinada pelo representante da ENTIDADE;
- II. Prestação de conta anual, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior;
- III. Prestação de contas global, até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela relativa ao período de vigência deste Convênio, sem prejuízo das prestações de contas parcial mensal e anual, previstas nos incisos anteriores desta Cláusula, constituída do relatório de cumprimento do objeto e acompanhada dos seguintes documentos:

# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

- a) relatório consolidado de dados quantitativos dos atendimentos mensais e de informações relacionada a ações que demonstrem ter atingido as metas de qualidade definidas no Plano de Trabalho;
- b) relatório de execução físico- financeira;
- c) relação de pagamentos efetuados com recursos repassados pelo Município;
- d) cópia dos extratos da conta bancária específica,
- e) comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, quando houver, na conta bancária indicada pelo MUNICÍPIO.

## CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do órgão municipal responsável pela execução da política de assistência social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

## CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO

A ENTIDADE compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) inexecução do objeto deste convênio;
- b) não apresentação do relatório de execução físico-financeira;
- c) utilização dos recursos financeiros em finalidades diversas da estabelecida.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parti cipe pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do Estado, após a data de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

- I. espécie, número do instrumento, nome e CNPJ/CPF dos partícipes e dos signatários,
- II. resumo do objeto;
- III. crédito pelo qual ocorrerá a despesa e número, data e valor da Nota de Empenho.
- IV. Prazo de vigência e data de assinatura.

# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro Distrital de Cajamar – Comarca de Jundiaí, para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio.

E por estarem de acordo com as Cláusula e condições ajustadas, firmam o presente termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cajamar, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2003.

Prefeitura do Município de Cajamar  
**MESSIAS CÂNDIDO DA SILVA**  
Prefeito Municipal

**ENTIDADE**



TESTEMUNHAS:  
1-

\_\_\_\_\_  
RG n° \_\_\_\_\_  
CPF n° \_\_\_\_\_

2-

\_\_\_\_\_  
RG n° \_\_\_\_\_  
CPF n° \_\_\_\_\_

